

Que tal restaurar toda moralidade?

JÁ QUE OS TRABALHOS do Conselho de Ética do Senado vão ter que ser reiniciados do zero, os partidos poderiam fechar um acordo de restauração completa da moralidade naquele grupo encarregado da função de julgar a moral e a ética entre seus pares. Nos seguintes termos: quem tiver processos na Justiça em andamento fica de fora do Conselho.

Não quer dizer que estes sejam culpados ou inocentes. Sairiam apenas para evitar trocas de acusações de suspeitas sobre esse ou aquele colega, que só atrapalham o andamento dos trabalhos. Evitar, por exemplo, que um deles seja designado relator – como o caso de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) nessa investigação acerca do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) – e depois se descubra que ele está sendo processado.

Pode-se operar esse levantamento, por exemplo, com uma simples olhada no site da ONG Transparência Brasil, filiada à Transparência Internacional. Tem lá um link chamado *Excelências*, no qual são elencados os históricos processuais dos políticos por setor de atuação. No pé dessa página (<http://www.excelencias.org.br/casa.php?pr=1>), estão os casos do Senado Federal.

O Transparência Brasil contou 29, dos 81 senadores existentes, com processos. Entre os lá citados, 11 são do Conselho de Ética do Senado, que tem 26 titulares e suplentes atualmente.

O PMDB, com cinco, tem a maior bancada de membros do conselho citados. São eles: José Maranhão (“uso da máquina e abuso de poder econômico”), Leomar Quintanilha (“crime contra ordem tributária e crime contra a administração pública”), Wellington Salgado (“dívida com o INSS”), Valdir Raupp (“crime contra administração pública, peculato, improbidade administrativa e crime contra o sistema financeiro”) e Romero Jucá (“desvio de verbas públicas praticado por prefeito”).

O DEM está em boa situação. Tem citada apenas a senadora Maria do Carmo, num processo “sob segredo de justiça”. Assim como o PT, que só tem na lista a senadora Fátima Cleide, citada por “uso da máquina”.

Considerando os tamanhos de suas bancadas, não estão lá numa situação muito cômoda o PTB e o PSDB. No PTB, é citado o ex-relator Epitácio Cafeteira, por “irregularidades em captação e gastos de recursos de campanha”. E há dois tucanos do conselho citados no site Transparência Brasil: Sérgio Guerra, num processo “sob segredo de justiça”, e Marconi Perillo (“irregularidades em licitação pública, crime contra a administração pública, corrupção ativa e passiva, irregularidades em captação e gastos de recursos de campanha”).

E, do PSB, há também um só nome, mas é logo o senador Renato Casagrande (até agora ainda cotado para relator), citado com “irregularidades na arrecadação e gastos de campanha”.